



O movimento pentecostal no Brasil: apontamentos e seus ecos na contemporaneidade

Uma entrevista com o Prof. Dr. Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão Filho

Eduardo Meinberg é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Também é integrante do Laboratório de Estudos de Gênero e História da UFSC (LEGH/UFSC), do GT História das Religiões e Religiosidades da Associação Nacional de História (GTHRR/ANPUH) e da Associação dos Cientistas Sociais de Religião do Mercosul (ACSRM). Atual presidente da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR).

<http://lattes.cnpq.br/7589132071776933>

Entrevista concedida via correio eletrônico a **Natália Ribeiro Martins**, doutoranda em História Social da Cultura no Programa de Pós Graduação em História da UFMG e membro do Conselho Editorial da *Temporalidades*, gestão 2016.

Envolvendo a temática do Dossiê desta edição da *Temporalidades* e a importância do movimento pentecostal brasileiro na atualidade, convidamos o Prof. Eduardo Meinberg para responder algumas perguntas sobre este tópico.

[Revista *Temporalidades*] O movimento pentecostal ganha notoriedade e desperta a curiosidade por ser considerado mais inovador em alguns aspectos se comparado a outras igrejas evangélicas e até mesmo a católica, quando, por exemplo, incentiva o ministério e a atuação feminina nas congregações, ou fomenta a música gospel nos mais variados estilos. Recentemente, a “Igreja Cristã Contemporânea” promoveu uma abertura à comunidade LGBT, ressignificando algumas passagens das Escrituras que são amplamente utilizadas para condenar a homossexualidade. Como podemos analisar estes aspectos interpretados como “mais abertos”? Ainda, como, dentro do campo da História das Religiões, estas aberturas podem ser examinadas, ao levar em consideração a fé cristã histórica?



[Eduardo Meinberg Maranhão]: Natália, a Igreja Cristã Contemporânea, que você cita, é uma dentre diversas igrejas que até alguns anos costumavam classificar a si mesmas como "inclusivas LGBT", e que mais recentemente têm se denominado apenas "inclusivas", ou ainda em alguns casos, como o da Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), "radicalmente inclusiva" e "igreja dos Direitos Humanos".

A Igreja Cristã Contemporânea (ICC) tem se identificado como evangélica pentecostal, mas igualmente, como já escutei de fiéis, e também de pessoas que frequentam outras inclusivas, como evangélica neopentecostal. Mas de modo geral se entendem como igreja evangélica pentecostal. Outras igrejas inclusivas que tem se denominado pentecostais são a Comunidade Cristã Nova Esperança Internacional (CCNEI), a Comunidade Cristã Cidade de Refúgio e a Igreja Cristã Evangélica Para Todos (ICEPT), as três com sede em São Paulo.

A Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM) também é entendida como inclusiva, entretanto não se pensa como pentecostal, mas cristã de um modo mais abrangente, inclusive trazendo em sua liturgia traços do catolicismo e, em alguns cultos específicos, de religiões de matriz afro-brasileira e africana. Ao mesmo tempo, entoam canções de artistas pentecostais em parte de seu hinário, e tem entre suas e seus fiéis muitas pessoas advindas das Assembleias de Deus, entre outras igrejas pentecostais.

Enfim, nem sempre é fácil "classificar" uma igreja como pentecostal, dentre outras possibilidades de identificação, visto que as denominações religiosas podem apresentar muitas características que fogem do padrão do que é "ser pentecostal". De todo modo, é importante nos valermos do modo como elas se classificam institucionalmente e no seio das narrativas pessoais acerca de suas percepções, não é mesmo? E veremos que nem sempre há uma coesão nas auto-determinações de fiéis e de líderes sobre a "identidade" de suas igrejas. Além disso, não precisamos pensar em identidade como um conjunto rígido e fixo de características... o próprio conceito de identidade pode ser entendido, como propôs Hall e outras pessoas, sob rasura.

E é bom notar que entre as igrejas cristãs inclusivas há diferenças. Uma destas está no trato dado à sexualidade. Se em algumas destas igrejas há uma regulação e normatização da sexualidade das pessoas adeptas, em outras há uma maior flexibilização da conduta sexual. Assim, algumas podem ser consideradas bastante conservadoras, com o adendo de acolherem pessoas não-cisgêneras e pessoas não-hétero, enquanto outras são mais "abertas" como você sinaliza. É



possível até dizer que há igrejas inclusivas mais conservadoras em relação à normatização da sexualidade que algumas igrejas tradicionais, ou seja, é necessário não fecharmos a questão de modo reducionista ou essencialista.

Em relação à inclusão de pessoas não-cisgêneras, ou seja, pessoas que não concordam com as expectativas (ou parte delas) sócio-culturais referentes ao sistema sexo-gênero de atribuição, de outorga no nascimento ou gestação, há posicionamentos díspares entre as inclusivas, também. Enquanto algumas trazem em sua liderança pessoas transexuais ou travestis, em outras ainda há indícios marcantes de clivagem e hierarquização entre pessoas cisgêneras e pessoas não-cisgêneras (incluindo pessoas transgêneras binárias e não-binárias).

Em comum entre as igrejas inclusivas, há sim, geralmente, a ressignificação do texto bíblico, costumeiramente a partir da proposta de uma leitura sócio-histórica-crítica que contextualize os versos. Mas há diferentes interpretações da Bíblia nas próprias inclusivas, ou seja, elas não são parte de um conjunto homogêneo.

[RT] Assistimos, nas últimas décadas, a inserção, via voto popular e de legenda, de pastores e ministros de igrejas pentecostais nas principais esferas políticas brasileiras, constituindo o que comumente ficou conhecido como “bancada evangélica”. Há um recorrente questionamento jurídico referente às ações de alguns destes representantes eleitos por ferirem o princípio elementar de laicização do Estado Democrático de Direito, trazendo pautas ou que não fazem parte do expediente legislativo laico, ou contribuindo para o arquivamento de pautas sociais mais progressistas, por não condizerem com pragmatismo religioso dos mesmos. Como a ocupação das esferas políticas por estes representantes pentecostais pode ser interpretada? Há um projeto histórico de poder em curso? De que forma essas questões podem contribuir para o debate democrático?

[EMM]: Então, Natália, me parece haver sim um projeto de poder que norteia a auto-denominada "bancada evangélica", e o que fundamenta esse projeto de poder é o objetivo de regular o comportamento social a partir de uma determinada ótica cristã evangélica hegemônica.

Um sinal claro da intenção de descrever e prescrever, de normatizar e normalizar concepções evangélicas no seio da sociedade está em questões relacionadas a gênero e sexualidade. Exemplos borbulham, como as votações em Câmaras Municipais Brasil afora para retirada de termos como gênero em Planos de Educação. Em algumas cidades, por absurdo que possa parecer, termos



como "gênero literário" e "gênero alimentício" foram retirados de Planos, manuais e livros didáticos; o que demonstra pouca informação a respeito, inclusive, do que é gênero.

Em algumas cidades, termos como diversidade foram retirados. Em outras, foram subtraídos termos relacionados à negritude e a religiões de matriz africana e afro-brasileira - o que demonstra que a questão tem ultrapassado a esfera do gênero e da sexualidade.

É emblemático, como exemplo das tensões relacionadas a políticos evangélicos e pautas mais progressistas, as discussões acerca da famigerada "ideologia de gênero", no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE), que tramitou no Congresso Nacional desde 2010 e só foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em junho de 2014.

Mas afinal, o que seria esta "ideologia de gênero"? Como e para que este termo foi utilizado por setores fundamentalistas católicos e evangélicos, e também por pessoas conservadoras de outras religiões e até não-religiosas - ou seja, ultrapassando a bancada evangélica?

O termo "ideologia de gênero", presente em conferências episcopais desde 1998, se popularizou no debate acerca do PNE através de autores evangélicos como os pastores Silas Malafaia, Marco Feliciano e Júlio Severo, e católicos como Jair Bolsonaro e o padre Paulo Ricardo, todos conhecidos por seus combates altamente misóginos, transfóbicos e homofóbicos a pautas relacionadas à saúde da mulher, às transgeridades, às homossexualidades (e a questões que envolvem a sexualidade, como por exemplo a masturbação). Além destes autores, inúmeros sites católicos e evangélicos procuraram divulgar que a "família natural brasileira" estava sendo subvertida pela "ideologia de gênero", que na concepção de tais indivíduos seria um conjunto de ideias que pretenderia, dentre outras coisas, estimular a sexualidade e promover a mudança de um gênero para o outro em crianças.

A forte campanha evangélica e católica/política/midiática contra a suposta "ideologia de gênero" culminou, muito lamentavelmente, na exclusão de uma das diretrizes do PNE, justamente a que objetivava a superação de disparidades educacionais com ênfase na promoção da igualdade de gênero, de orientação sexual, racial e regional.

E se "ideologia de gênero" é um termo criado para criar um certo pânico social acerca das questões que envolveriam sexualidade e gênero, e que procura sedimentar uma sociedade com princípios supostamente cristãos, outro termo também tem sido utilizado para fundamentar a perspectiva de que o mundo católico e evangélico está sendo tomado pelas forças do mal, ou seja,



por pessoas que seriam *in suposto* intolerantes a pessoas cristãs ou à fé cristã: *cristofobia* - termo que pode ser considerado como uma falácia cheia de falsa simetria.

[RT] Embora tenham uma ampla difusão e um espaço consolidado em território nacional – além de projeção política e internacional – as igrejas neopentecostais brasileiras são comumente vistas de maneira desdenhosa por diversos setores da sociedade civil. Há algum tempo, cunhou-se o termo “cristofobia” para caracterizar o alegado preconceito contra os evangélicos pentecostais. Longe de equivaler a intolerância religiosa sentida, por exemplo, pelas religiões de matriz africana, como explicar essa visão depreciativa mas, ao mesmo tempo, tão bem disseminada do fenômeno neopentecostal brasileiro?

[EMM]: Pois é, Natália, o termo "cristofobia" foi utilizado por evangélicos e católicos de maneira semelhante à expressão "ideologia de gênero", comentada há pouco. Tem o sentido de apresentar um mundo dicotômico fundado no pretense maniqueísmo entre o que é supostamente cristão e salvo e o que não é. O uso deste vocábulo está relacionado diretamente à um "combo teológico" que tem como bases as Teologias do Domínio, da Batalha Espiritual e da Prosperidade, caras especialmente no neopentecostalismo, mas também presentes no pentecostalismo e em outras vertentes do cristianismo. A Teologia do Domínio, exemplarmente, objetiva a conquista de espaços na mídia, na cultura e na política, inclusive através da eleição de parlamentares, como é o caso da bancada evangélica.

Mas o que seria compreendido como "cristofobia"? Como apresentado nas concepções de líderes religiosos como Marcelo Crivella, Silas Malafaia e Marco Feliciano, a cristofobia é relacionada a uma suposta "mordaca gay", que impediria que se dissesse que pessoas homossexuais são influenciadas pelo diabo ou o próprio diabo. Uma possível explicação seria a de que cristofobia é "quando a gente fica amordaçado e não pode dizer que macumbeiro e gay é aberração, que vai pro inferno, que é doença ficar se beijando na rua como hétero faz e que querem adotar nossas crianças. A verdade é que a Bíblia condena o homossexualismo, a bruxaria e a macumba, e diz que vão todos pro lago do enxofre onde tem dor e ranger de dentes". Para pessoas que compreendem cristofobia desta forma, estas sofreriam intolerância por não poderem dizer, por exemplo, que outras pessoas, por serem homossexuais ou de outras religiões, estão endemoninhadas, traumatizadas, doentes, e serão queimadas no fogo do inferno.



Vale lembrar, para entender um contexto recente sobre a "crisofobia", e que se relaciona com a tomada de espaços públicos por uma Teologia do Domínio, que no primeiro semestre de 2016, o vereador paulistano Eduardo Tuma, do PSDB e vinculado à Bola de Neve Church (igreja evangélica que tentou por duas vezes censurar na Justiça livro que escrevi sobre ela), propôs projeto de lei que tentava instituir o "Dia de Combate à Crisofobia", a ser celebrado no dia de Natal.

Tal projeto, contudo, foi vetado por Fernando Haddad, à época prefeito de São Paulo, que argumentou que a data prestaria um desserviço aos esforços em prol da convivência pacífica com a pluralidade democrática e estimulava a separação entre cristianismo e outras religiões, além de populações como a LGBT.

O veto de Haddad notava ainda que ao tentar vitimizar um grupo majoritário na sociedade brasileira, o projeto apresentava a intenção de provocar os defensores dos direitos das minorias. A narrativa de Haddad sinaliza para um ponto que ao meu ver é fundante na questão da "crisofobia" brasileira: a da *falsa simetria*.

A mesma coisa se dá com termos como *heterofobia*, por exemplo. "Crisofobia" e "heterofobia" são duas falsas simetrias. Analisemos: quantas pessoas hétero e cristãs deixam de ser atendidas em postos de saúde por serem assim hétero ou cristãs, são perseguidas na escola e na igreja, são expulsas de casa, são assassinadas, são preteridas em empregos, ou tem seus lugares de culto apedrejados? O que se esboça aqui é que estes termos não podem ser colocados em qualquer tipo de comparação com a violência sofrida por pessoas de religiosidade e de sexualidade contra-hegemônicas.

A falsa simetria, ou a comparação de coisas com pesos e medidas desiguais, é identificada no momento em que se compara, por exemplo, uma eventual violência sofrida pelo homem a atos recorrentes de masculinismo, machismo e misoginia, enfim, à violência cotidiana sofrida pela mulher na sociedade, expressa em *slutshaming*, estupros, menores salários, etc. A fala simetria de termos como "crisofobia" serve para deslegitimar a violência sofrida, por exemplo, por terreiros que têm suas imagens depredadas, comparando a, por exemplo, uma suposta "mordça" que consistiria, segundo pastores como Crivella, Malafaia e Feliciano, à subtração da "liberdade de expressão" de dizer, por exemplo, que homossexuais, espíritas, travestis, fiéis de religiões de matriz afro-brasileira, prostitutas, abortantes, e até católicos, são relacionados a todo o tipo de forças demoníacas. E crisofobia, na concepção de evangélicos e católicos, consiste nisso: em ter



cerceado o direito de satanizar e diabolizar as outras pessoas e as condenar peremptoriamente à fogueira eterna.

Obviamente, qualquer tipo de perseguição, intransigência, intolerância ou violação dos direitos constitucionais e Humanos, inclusive de pessoas hétero e de pessoas cristãs deve ser igualmente denunciado e repudiado. Mas... repare que não é a isso que a cristofobia, como concebida e divulgada por determinadas pessoas fundamentalistas se refere. Esta se refere à impossibilidade de se julgar e diabolizar o próximo.

É importante, ainda, ressaltar que não devemos cair em reducionismos em relação ao que "é" ser evangélico... nem toda a pessoa evangélica demoniza as demais pessoas e se diz perseguida por uma suposta "cristofobia". Há, por exemplo, diferentes posicionamentos políticos entre pessoas evangélicas: contra o desarmamento e a favor, contra o aborto e a favor, incluindo e excluindo pessoas não-hétero e pessoas não-cisgêneras, e daí por diante. Lembremos da campanha #Jesuscuraahomofobia, do manifesto de pastores contra a redução da maioria penal e o Manifesto Público de Pastoras e Pastores Evangélicos pela Manutenção do Estatuto do Desarmamento, e de uma campanha na internet, de cristãos e cristãs a favor do desarmamento, chamada #nãoemmeunome. Há ainda movimentos como o das Feministas Evangélicas e o das Evangélicas pela Igualdade de Gênero. Certo, são movimentos ainda contra-hegemônicos dentro do cristianismo evangélico, mas que merecem ser percebidos.

Algo que parece certo é que a chamada "bancada evangélica" não representa parte das pessoas evangélicas, e que em relação a pautas sociais e relacionadas a Direitos Humanos, há pessoas evangélicas conservadoras sim, e até violentamente reacionárias, mas há outras que são progressistas. Novamente, não podemos fechar a questão em essencialismos.

Bem, penso que seja mais ou menos isso, Natália. Agradeço a vocês pela lembrança e registro minha satisfação em colaborar com a *Temporalidades*, desejando vida próspera à revista. E que possamos, todas, todos e todes, caminhar em direção a um mundo mais acolhedor e igualitário.